

Apresentação

7 de março de 2018

O ano de 2018, que ainda se inicia, sugere ser um ano de reviravoltas, conflitos, lutas sociais e momentos políticos decisivos a médio prazo. Exatamente por isso, é um ano de urgência do pensamento crítico, da reflexão informada, do debate franco de ideias. Nesse sentido, apresentamos o mais novo número da **Revista Direito e Práxis (vol. 9, n.1, 2018 – 21ª edição – jan-mar)** com mais doze artigos inéditos, resenhas, traduções e um dossiê muito especial.

Os editores convidados, professores Rodolfo Jacarandá e Marcio Secco, ambos da Universidade de Rondônia, organizaram uma primorosa seleção de trabalhos, discutindo “Questões Amazônicas” sob as mais diversas abordagens. Os artigos tratam de temas que abarcam conflitos agrários, direitos humanos, papel do sistema de justiça na região, além de pontos específicos no âmbito do sistema penal e da resistência socioambiental. A capa dessa edição, com sua força e expressividade, reflete a abordagem radical e crítica adotada pelos editores. O trabalho é uma imagem do artista de Rondônia, Joeser Álvarez, a quem também agradecemos a gentil concessão da imagem.

Passando para a seção geral de artigos, destacamos trabalhos críticos e de referência nos temas da teoria do direito, teoria materialista do estado e do capitalismo, teoria constitucional e movimentos sociais. Além disso, destacamos o ensaio do professor Luciano Oliveira, da Universidade Federal de Pernambuco, intitulado “*De Rubens Paiva a Amarildo. E “Nego Sete”? O regime militar e as violações de direitos*

humanos no Brasil”, trabalho que ganha ainda mais atualidade em tempos de intervenção federal com gestão militar declarada no Estado do Rio de Janeiro.

Por fim, a revista apresenta a resenha da obra, *“A sociedade excludente: Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente”*, bem como uma tradução do artigo *“A controvérsia sobre Marx e o conceito de justiça”* de Norman Geras, traduzido para o português por Mozart Silvano Pereira.

Relembramos que as políticas editoriais para as diferentes seções da Revista podem ser acessadas em nossa página e que as submissões são permanentes e sempre bem-vindas! Agradecemos, como sempre, às autoras e autores, avaliadores e colaboradores pela confiança depositada em nossa publicação.

Boa Leitura! Equipe **Direito e Práxis**

Direitos Humanos e Questões Amazônicas

Rodolfo Jacarandá

Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, Brasil. E-mail: rfjacaranda@uol.com.br

Márcio Secco

Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, Brasil. E-mail: msecco@unir.br

Em fins de janeiro de 2016, durante uma reintegração de posse rural na região da cidade de Ariquemes, interior do Estado de Rondônia, 2 jovens foram mortos por jagunços de uma fazenda localizada em uma área de terras públicas da União. Até hoje, o corpo de um deles, Ruan Lucas Hildebrandt, continua desaparecido. Um dos responsáveis pelo ataque, sargento da reserva da polícia militar, escapou da polícia, quando já estava detido. Meses depois, o mesmo ex-sargento foi um dos responsáveis pelo massacre de 10 trabalhadores sem terra acampados em outra terra da União, localizada na cidade de Colniza, Mato Grosso, distante cerca de 300 quilômetros de Ariquemes.

A relação trágica entre esses episódios demonstra o crescimento da violência na Amazônia ocidental nos últimos anos. Em ambos os eventos se somam atos de ação e omissão de órgãos do Estado e agentes públicos diversos.

Em 2015 e 2016, o Estado de Rondônia ultrapassou o Pará como recordista nacional no número de mortos em conflitos de terras e no número de mortes de defensores de direitos humanos. O acirramento desses conflitos é seguido de um aumento no desmatamento em toda a Amazônia brasileira, decorrente da grilagem de terras e do avanço das fronteiras do agronegócio, sobretudo relacionado à soja. Os impactos causados pelos grandes empreendimentos econômicos do PAC em toda a bacia do Rio Madeira e a inércia governamental para lidar com a violência e a incerteza a que são submetidas as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e os demais

cidadãos dessa parte ainda muito desconhecida do Brasil compõem um cenário de enormes desafios para a ordem jurídica nacional.

Infelizmente, no sistema prisional a situação não é diferente. Com os massacres nos presídios de Manaus/AM (64 mortos) e Boa Vista/RR (33 mortos), no começo de 2017; o já longo histórico de mortes envolvendo o sistema prisional de Rondônia e o fato de que Rondônia e o Acre continuam a ocupar o topo do *ranking* entre os Estados com a mais alta taxa de encarceramento do país, fica bastante nítida a composição de um ambiente de crise que surge a partir de iniciativas estatais que precisam ser evidenciadas e questionadas.

A Revista Direito e Práxis abre espaço para a reflexão crítica sobre esses episódios de violações de direitos humanos e a relação intrínseca entre a violência e as falhas sistêmicas do Estado brasileiro, de sua ordem jurídica e de suas instituições. Pesquisadores de várias áreas – educação, antropologia, geografia, sociologia, direito, filosofia, história, computação, administração etc. – e profissionais do sistema de justiça – poder judiciário, ministério público estadual, ministério público do trabalho etc. –, notadamente atuantes no Estado de Rondônia, foram convidados para refletirem sobre os mais diversos aspectos e conjuntos temáticos que podem ajudar a compreender melhor as causas do problema e tentar auxiliar a superar a inércia na busca por soluções.

A história da ocupação da Amazônia ocidental já foi contada muitas vezes. Poucas vezes, contudo, a reconstrução crítica dessa história – sobretudo, a história contemporânea – considerou a organização jurídica do Estado brasileiro e seus efeitos incidentes sobre a vida de comunidades e povos que a habitam desde muito antes dos planos governamentais de ocupação dos anos 1970 ou dos planos de desenvolvimento econômico dos anos 1990.

Consideramos de suma importância aumentar a participação de pesquisadores e pesquisadoras diretamente envolvidos na produção científica local nos debates nacionais, em intercâmbio direto com os grandes centros de produção de conhecimento do resto do país como estratégia para enfrentar o isolamento crítico-jurídico, tão pernicioso para o futuro das pessoas comuns que veem a sobrevivência de sua história ameaçada como em nenhum outro momento de sua história. A Revista Direito e Práxis assume essa missão com extremado zelo e inédito protagonismo. Boa leitura a todos!

Expediente desta edição

Editores:

Dr. José Ricardo Cunha, UERJ, Brasil

Dra. Carolina Alves Vestena, Universität Kassel, Alemanha

Comissão Executiva

Bruna Mariz Bataglia Ferreira, PUC-Rio, Brasil

Ígor Ferreira, UERJ, Brasil

Isadora Lins, UERJ, Brasil

Nina Alencar Zur, UERJ, Brasil

Raíza Uzeda, UERJ, Brasil

Taísa Rodrigues, UERJ, Brasil

Conselho Editorial

Dra. Ágnes Heller, New School for Social Research, EUA

Dr. Andreas Fischer-Lescano, Universität Bremen, Alemanha

Dr. Alexandre Garrido da Silva, Universidade de Uberlândia, Brasil

Dr. Alfredo Culleton, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Dr. Andrés Botero Bernal, Universidad Industrial de Santander, Colômbia

Dra. Bethania Assy, UERJ, Brasil

Dra. Cecília MacDowell Santos, Universidade de São Francisco, USA; Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal

Dr. Costas Douzinas, Birkbeck University of London, Reino Unido

Dra. Deisy Ventura, Universidade de São Paulo, Brasil

Dr. Girolamo Domenico Treccani, Universidade Federal do Pará, Brasil

Dr. Guilherme Leite Gonçalves, UERJ, Brasil

Dr. Jean-François Y. Deluchey, Universidade Federal do Pará, Brasil

Dr. João Maurício Adeodato, UFPE e Faculdade de Direito de Vitória, Brasil

Dr. James Ingram, MacMaster University, Canadá

Dr. Luigi Pastore, Università degli Studi "Aldo Moro" di Bari, Itália

Dr. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, UFMG, Brasil

Dr. **Paulo Abrão**, PUC-Rs e UCB, Brasília, Brasil

Dra. **Rosa Maria Zaia Borges**, PUC-RS, Brasil

Dra. **Sara Dellantonio**, Università degli Studi di Trento, Itália

Dra. **Sonia Arribas**, ICREA - Univesidade Pompeu Fabra de Barcelona, Espanha

Dra. **Sonja Buckel**, Kassel Universität, Alemanha

Dra. **Véronique Champeil-Desplats**, Université de Paris Ouest-Nanterre, França

Avaliadores

Adamo Dias Alves, UFJF, Brasil; **Dr. Alejandro Manzo**, Universidade de Córdoba, Argentina; **Alexandra Bechtum**, Universidade de Kassel, Alemanha; **Dr. Alexandre Mendes**, UERJ, Brasil; **Dr. Alexandre Veronese**, UNB, Brasil; **Alice Resadori**, UFRGS, Brasil; **Dr. Alvaro Pereira**, USP, Brasil; **Dra. Ana Lia Vanderlei Almeida**, UFPB, GPLutas - Grupo de Pesquisa Marxismo, Direito e Lutas Sociais; **Antonio Dias Oliveira Neto**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Assis da Costa Oliveira**, UFPA Brasil; **Bianca Tavorari**, USP, Brasil; **Bruno Cava**, UERJ, Brasil; **Bruno Alberto Paracampo Mileo**, Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil; **Dra. Carolina Medeiros Bahia**, UFSC, Brasil; **Dr. Cesar Baldi**, UnB, Brasil; **Dr. Cesar Cerbena**, UFPR, Brasil; **Dra. Clarissa Franzoi Dri**, UFSC, Brasil; **Dr. Conrado Hubner Mendes**, USP, São Paulo, Brasil; **Dr. Daniel Achutti**, UniLasalle, Brasil; **Dr. David Francisco Lopes Gomes**, UFMG, Brasil; **Dra. Danielle Rached**, Instituto de Relações Internacionais – USP, Brasil; **Diana Pereira Melo**, UNB, Brasil; **Diego Alberto dos Santos**, UFRGS, Brasil; **Dr. Diego Augusto Diehl**, UNB, Brasil; **Dr. Diego Werneck Arguelhes**, FGV DIREITO RIO, Brasil; **Dr. Diogo Coutinho**, USP, Brasil; **Dr. Eduardo Pitrez Correa**, FURG, Brasil; **Dr. Eduardo Socha**, USP, Brasil; **Eloísa Dias Gonçalves**, Panthéon-Sorbonne, França; **Emília Merlini Giuliani**, PUCRS, Brasil; **Dr. Ezequiel Abásolo**, Universidad Católica Argentina, Argentina; **Dra. Fabiana Luci de Oliveira**, UFSCAR, Brasil; **Dra. Fabiana Severi**, USP, Brasil; **Fábio Balestro Floriano**, UFRGS, Brasil; **Fabíola Fanti**, USP, Brasil; **Dra. Fernanda Vasconcellos**, UFPEL, Brasil; **Dra. Fernanda Pradal**, PUC-Rio, Brasil; **Dr. Fernando Fontainha**, IESP/UERJ, Brasil; **Fernando Maldonado**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Fernando Martins**, UniLavras, Brasil; **Felipo Pereira Bona**, UFPE, Brasil; **Fernando Perazzoli**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Flávia Carlet**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Gabriel Gualano de Godoy**, UERJ, Brasil; **Dra. Giovanna Milano**, UFPR, Brasil; **Dr. Giovanne**

Schiavon, PUC-PR, Brasil; **Dr. Giscard Farias Agra**, UFPE, Brasil; **Dra. Gisele Mascarelli Salgado**, Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo - FDSBC, Brasil; **Dr. Gladstone Leonel da Silva Júnior**, UNB, Brasil; **Dr. Gustavo César Machado Cabral**, UFC, Brasil; **Dr. Gustavo Sampaio de Abreu Ribeiro**, Harvard Law School, USA; **Dr. Gustavo Seferian Scheffer Machado**, Universidade Federal de Lavras, Brasil; **Gustavo Capela**, UNB, Brasil; **Dr. Hector Cury Soares**, UNIPAMPA, Brasil; **Henrique Botelho Frota**, Centro Universitário Christus, Brasil; **Hugo Belarmino de Moraes**, UFPB, Brasil; **Dr. Hugo Pena**, UNB, Brasil; **Dr. Iagê Zendron Miola**, Universidade São Judas, Brasil; **Ivan Baraldi**, Universidade de Coimbra, **Iran Guerrero Andrade**, Flacso/México, México; Portugal; **Jailton Macena**, UFPB, Brasil; **Dra. Jane Felipe Beltrão**, UFPA, Brasil; **Joanna Noronha**, Universidade de Harvard, USA; **João Andrade Neto**, Hamburg Universität, Alemanha; **Dr. João Paulo Allain Teixeira**, UFPE, Brasil; **Dr. João Paulo Bachur**, USP, Brasil; **João Telésforo de Medeiros Filho**, UNB, Brasil; **Dr. Jorge Foa Torres**, Universidad Nacional Villa María, Argentina; **Dr. José de Magalhães Campos Ambrósio**, UFU, Brasil; **Dr. José Carlos Moreira da Silva Filho**, PUCRS, Brasil; **Dr. José Renato Gaziero Cella**, IMED, Brasil; **Dr. José Heder Benatti**, UFPA, Brasil; **Dr. José Renato Gaziero Cella**, Faculdade Meridional - IMED, Brasil; **Dr. José Rodrigo Rodriguez**, Unisinos, Brasil; **Juliana Cesario Alvim Gomes**, UERJ, Brasil; **Lara Freire Bezerra de Santanna**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Laura Laura Madrid Sartoretto**, UFRGS, Brasil; **Dr. Leonardo Figueiredo Barbosa**, UNIFESO, Brasil; **Leticia Paes**, Birkbeck, University of London; **Ligia Fabris Campos**, Humbolt Universität zu Berlin, Alemanha; **Dra. Livia Gimenez**, UNB, Brasil; **Dr. Lucas Pizzolatto Konzen**, UFRGS, Brasil; **Dra. Lucero Ibarra Rojas**, Centro de Investigación y Docencia Económicas, México; **Dra. Luciana de Oliveira Ramos**, USP, Brasil; **Dr. Luciano Da Ros**, University of Illinois at Chicago, USA; **Dr. Luiz Caetano de Salles**, UFU, Brasil; **Dr. Luiz Otávio Ribas**, UERJ, Brasil; **Manuela Abath Valença**, UFPE, Brasil; **Marcela Diorio**, USP, Brasil; **Dr. Marcelo Eibs Cafrune**, UNB, Brasil; **Marcelo Mayora**, UFJF, Brasil; **Dr. Marcelo Torelly**, UNB, Brasil; **Dr. Marcos Vinício Chein Feres**, UFJF, Brasil; **Dra. Maria Lúcia Barbosa**, UFPE, Brasil; **Dra. Maria Paula Meneses**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Mariana Chies Santiago Santos**, UFRGS, Brasil; **Dra. Mariana Anahi Manzo**, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; **Dra. Mariana Trotta**, UFRJ, Brasil; **Dra. Marisa N. Fassi**, Università degli Studi di Milano, Itália; **Dra. Marta Rodriguez de Assis Machado**, Fundação Getúlio Vargas - Direito GV São Paulo,

Brasil; **Mayra Cotta**, The New School for Social Research, USA; **Dr. Miguel Gualano Godoy**, UFPR, Brasil; **Monique Falcão Lima**, UERJ, Brasil; **Dr. Moisés Alves Soares**, UFPR, Brasil; **Nadine Borges**, UFF, Brasil; **Natasha Guala**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Orlando Aragon**, México; **Dr. Orlando Villas Bôas Filho**, USP e Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil; **Dr. Pablo Malheiros Frota**, UFGO, Brasil; **Paulo Eduardo Berni**, Universidade Ritter dos Reis, Brasil; **Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva**, USP, Brasil; **Pedro Augusto Domingues Miranda Brandão**, UNB, Brasil; **Dr. Rafael Schincariol**, USP, Brasil; **Dr. Rafael Vieira**, PUC-Rio, Brasil; **Dra. Raquel Lima Scalcon**, UFRGS, Brasil; **Renan Bernardi Kalil**, USP, Brasil; **Dr. Renan Quinalha**, USP, Brasil; **Dra. Renata Ribeiro Rolim**, UFPB; **Dr. Renato Cesar Cardoso**, UFMG, Brasil; **Dr. Ricardo Prestes Pazello**, UFPR, Brasil; **Dra. Roberta Baggio**, UFRGS, Brasil; **Dr. Roberto Bueno Pinto**, UFU, Minas Gerais; **Roberto Efrem Filho**, UFPB, Brasil; **Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini**, USP, Brasil; **Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo**, PUCRS, Brasil; **Dr. Rodolfo Liberato de Noronha**, UNIRIO, Brasil; **Dr. Roger Raupp Rios**, Uniritter, Brasil; **Dr. Samuel Barbosa**, USP, Brasil; **Dr. Samuel Matos**, UFPA, Brasil; **Dra. Shirley Silveira Andrade**, UFES, Brasil; **Talita Tatiana Dias Rampin**, UNB, Brasil; **Tatyane Guimarães Oliveira**, UFPB, Brasil; **Thiago Arruda**, UFERSA, Brasil; **Dr. Thiago Reis e Souza**, Escola de Direito Fundação Getúlio Vargas - São Paulo, Brasil; **Dr. Tiago de Garcia Nunes**, UFPel, Brasil; **Dra. Verônica Gonçalves**, UNB, Brasil; **Vinicius Gomes de Vasconcellos**, USP/PUCRS, Brasil; **Dr. Vitor Bartoletti Sartori**, UFMG, Brasil; **Dr. Wagner Felouniuk**, UFRGS, Brasil.